



## A PRESENÇA MILITAR NA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MINAS GERAIS NA DÉCADA DE 1960

Fábio Liberato de Faria Tavares<sup>1</sup>

Marina Helena Meira Carvalho<sup>2</sup>

### Resumo

O presente artigo analisa as interferências do regime militar na Escola Técnica Federal de Minas Gerais, entre 1964 e 1970, por meio de entrevistas de ex-professores e alunas do curso técnico de Química Industrial da instituição. Demonstra-se que as agitações ocorridas no Brasil e no mundo não passaram despercebidas pela instituição, apesar de haver um senso comum de que estabelecimentos de ensino técnico são “escolas do trabalho”, não cabendo ao seu público a participação em manifestações de cunho político.

**Palavras-Chave:** Ditadura militar, educação tecnológica, história oral.

### Das Escolas de Aprendizes Artífices à Escola Técnica Federal de Minas Gerais (1910 – 1978)

Em 1910, por iniciativa do governo federal, em parceria com os governos estaduais, entraram em funcionamento dezenove Escolas de Aprendizes Artífices. Sua função, antes de formar profissionais para o setor industrial era dar auxílio aos “desfavorecidos de fortuna”, ou seja, jovens de origem pobre, transformando-os em cidadãos úteis à nação. A faixa etária inicial era dos dez aos treze anos. Em 1911 foi estendido para os dezesseis anos.

Devido à longa duração dos cursos e a necessidade de ajudar no sustento de suas famílias, a maioria dos jovens abandonava o curso antes do término. A falta de recursos nas escolas e a má qualidade dos professores (SOARES, 1982), também prejudicavam o sucesso da iniciativa.

O aumento da complexidade do parque industrial brasileiro, fez com que o Estado se esforçasse em retirar do ensino técnico o estigma de ser “atividade de escravo” ou “miseráveis”. Esta visão teria se iniciado no século XVI, na sociedade açucareira, onde as profissões manuais foram delegadas aos grupos citados

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestrando em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Email: [fabioliberatohis@gmail.com](mailto:fabioliberatohis@gmail.com).

<sup>2</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestranda em História e Culturas Políticas pela mesma instituição. Email: [marinahmc@yahoo.com.br](mailto:marinahmc@yahoo.com.br).

O presente artigo teve origem em dois projetos de pesquisas sobre a história do curso técnico de Química do CEFET-MG coordenados pela Profa. Dra. Laura Nogueira Oliveira entre os anos de 2011 e 2013 e financiados pela Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

(CIAVATTA & SILVEIRA, 2010, p. 66). As Escolas de Aprendizes e Artífices, ao oferecerem um ensino mais artesanal que industrial e também de nível primário, não contribuía para a alteração dessa visão. Em 1942, o Decreto nº 4.127 transformou as Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Industriais, com o oferecimento de ensino de nível secundário.

Na presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a economia brasileira passou por rápidas e profundas transformações. O governo se lançou num pacote de grandes obras como rodovias, hidrelétricas e a construção de uma nova capital federal, no então isolado Brasil Central. Além disso, houve incentivo para a vinda de empresas estrangeiras, principalmente de bens de consumo duráveis como eletrodomésticos e automóveis.

Estas iniciativas demandaram também maiores investimentos em educação. Por esse motivo, no ano de 1959, as escolas técnicas e Industriais foram transformadas em autarquias e passaram a serem designadas Escolas Técnicas Federais. Isso representou para as instituições autonomia didática e de gestão, podendo gerir os seus recursos e formar mão de obra de acordo com as especificidades de suas respectivas regiões.

Mudanças mais profundas na rede só tornariam a ocorrer no final da década de 1970 com a transformação das Escolas Técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET (terminologia utilizada até os dias de hoje), e adoção de cursos de graduação como o de Engenharia de Operações.

### O uso da história oral

É preciso definir inicialmente o que de fato é chamado de história oral e suas diferenças com relação a outras formas de se realizar registros orais. Meihy (2007), por exemplo, trata a questão da seguinte forma:

Fonte oral é mais que história oral. Fonte oral é o registro de qualquer recurso que guarda vestígios de manifestações da oralidade humana. Entrevistas esporádicas feitas sem propósito explícito, gravações de músicas, absolutamente tudo que é gravado e preservado se constitui em documento oral. Entrevista, porém, é história oral em sentido estrito (p.13).

Já para Delgado (2006), outra importante pesquisadora na área a definição de história oral pode ser dada como:

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhas, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais e conflituosas. **Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida** (grifo da autora). (p. 15-16)

Para Pereira (2008), as fontes orais seriam:

... bens culturais de natureza imaterial ou simbólica, ligadas às pessoas comuns, que fazem parte do patrimônio histórico de instituições de ensino e pesquisa como o CEFET-MG. Esses saberes, como patrimônios, não se separam da história social de que fazem parte (p. 59-60).

A história oral é uma metodologia. Como tal exige a realização de um projeto estabelecendo os seus objetivos. Não se trata de uma mera conversa descontraída, o que não quer dizer também que deva ser algo rígido e que acabe causando ainda mais inibição no entrevistado. Devemos sempre ter em mente que por menos que o entrevistado fale, ele já se expôs de forma excessiva para desconhecidos.

É importante destacar que a história oral produz documentação. Entretanto isso não quer dizer que por esse motivo esteja descartada o uso de outras fontes documentais. Pelo contrário, o uso dessas outras fontes pode contribuir ainda mais para o enriquecimento da pesquisa.

Basicamente existem dois tipos de entrevista. De acordo com Alberti (2005) seriam a temática e a de história de vida. No primeiro caso, trataria de saber a participação de determinados indivíduos num acontecimento. É neste caso que esta pesquisa se insere. Já na história de vida o objetivo é a vida do próprio indivíduo entrevistado.

Outra questão que foi levada em consideração na escolha de se utilizar a história oral foi o fato de os acontecimentos estudados serem relativamente recentes, e uma análise somente dos documentos do período não seriam suficientes para responder as questões em aberto, que neste caso é o motivo que levou à escolha de um curso técnico num ambiente predominantemente masculino e as consequências dessa escolha para as alunas.

A credibilidade da história oral é a mesma de um documento escrito, pois

...a subjetividade é um dado real em todas as fontes históricas, sejam elas orais, escritas e visuais. O que interessa em história oral é saber por que o entrevistado foi seletivo, ou omissivo, pois essa seletividade com certeza tem o seu significado (THOMPSON, 1992, p. 18).

### **A repressão dentro da Escola Técnica na voz de ex-alunas do curso de Química Industrial**

O curso técnico de Química Industrial da Escola Técnica foi criado em 1964, atendendo a demanda por formação e capacitação de profissionais que já estavam inseridos no mercado de trabalho em Belo Horizonte e no Distrito Industrial Cel. Juventino Dias, mais conhecido como Cidade Industrial na cidade de Contagem, vizinha à capital. Dois anos após a sua criação, houve a entrada das primeiras

mulheres no curso, o que representou também a inserção de mulheres na escola, ambiente até então exclusivamente masculino.

Foram entrevistadas oito ex-alunas. Embora a maioria não consiga detalhar como era o ambiente da escola quanto ao clima político vivido no país naquele momento (ou até o fazem, porém, de forma genérica), ao menos duas alunas conseguiram apontar de que forma o aparelho repressivo agia dentro da escola e como vários alunos da instituição se envolveram nos embates contra o governo ditatorial.

A primeira entrevistada a falar de forma explícita e focada sobre a questão foi uma ex-aluna da turma que ingressou na instituição em 1969<sup>3</sup>. Por se tratar de tema complexo pelo fato de vários envolvidos ainda estarem vivos, a entrevistada se mostrou constrangida em tratar do assunto, mas ainda assim fez grandes revelações. Por esse motivo, ela será identificada apenas pelas iniciais. Ao ser perguntada sobre a questão fez os seguintes comentários:

Olha eu... O sentimento que eu tinha, não sei se é verdade, é o que eu sentia. Que tinha uma repressão danada, e eu como eu convivia como muita gente Mecânica, alunos mais velhos, eles falavam que tinha gente dedo duro lá dentro, que a gente tinha de medir as palavras, eu tinha esse sentimento (L.V., 2012, p. 43).

A entrevistada não só revelou o clima da escola no final da década como também a suspeita de que os alunos eram vigiados. Sua suspeita tinha fundamento. De acordo com documentação disponível para consulta no site do Arquivo Público Mineiro – APM, o dentista da instituição era um informante do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS na Escola. Além dele, professores, funcionários e alunos integrariam a rede de informações.

Essas informações constam em carta recebida pelo então diretor da escola Tasso Ramos de Carvalho em 24 de junho de 1970, e em seguida enviada para o delegado do DOPS de Belo Horizonte David Hazan<sup>4</sup>. Esse último foi famoso pelas torturas praticadas durante o regime militar, tendo tido como mestre de serviços Dan Mitrione<sup>5</sup>. Carvalho estaria sendo ameaçado, provavelmente por integrantes de grupos que lutavam contra a ditadura, devido à prisão de dois alunos da escola, João Maurício e Francisco de Assis. O primeiro teria inclusive, sido preso numa ação

<sup>3</sup> Optou-se por se utilizar as iniciais dos nomes dos envolvidos para se evitar exposições dos entrevistados e dos acusados de colaboração com o regime.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cmlink/hotsites/50-anos-do-golpe/91-torturadores-1.815513> Acessado em: 05 ago. 2014.

<sup>5</sup> Dan Mitrione foi um agente americano que trabalhou no Brasil mesmo antes do golpe militar ensinando práticas de torturas a policiais militares e civis. Existe a suspeita de que ele utilizava em Belo Horizonte mendigos como cobaias humanas em suas aulas. Ele acabou sendo seqüestrado e assassinado por guerrilheiros Tupamaros no Uruguai em 1970. Em 1972 o cineasta franco-grego Costa Gravas fez o filme *Estado de sítio*, inspirado em seu seqüestro e assassinato. Uma rua de um bairro operário da capital mineira chegou a receber o nome do torturador como homenagem, sendo trocado posteriormente para José Carlos da Mata Machado, militante de esquerda assassinado em 1973 após traição de seu cunhado.

efetuada dentro da instituição. O autor da carta de ameaça de complacência com suas atitudes os já citados como informantes do regime e o diretor. A carta, ao mesmo tempo em que ameaçava, terminava quase que em tom juvenil: “Agora queremos despedir-lhe e desejando um forte murro no seu rosto, desejando muitas e muitas infelicidades para você”. Na verdade o tom da carta reflete a faixa etária da maioria do envolvidos com a militância de esquerda e a luta armada naquele período. Jovens com menos de 25 anos, vários menores de idade.

Outro ponto que chamou a atenção na entrevista de L. V. foi que quando ela foi perguntada sobre a circulação de panfletos de contestação ao regime dentro da escola, respondeu:

Ah eu acho que tinha sim, mimeografado, tinha. E eu não sei porque o meu marido ele era da turma, ele era meu namorado na época, ele era de turmas mais adiantadas que eu. E ele contava que tinha uma menina que tinha sumido da Escola, que tinha, que a repressão tinha levado... Tudo é muito vago pra mim, porque eu era muito nova, eu não tinha ainda... Mas eu lembro que era uma coisa marcante os anos... (2012, p. 45).

Outra entrevistada, que ingressou na escola em 1966, repete também a história do sumiço de uma aluna:

“Olha eu particularmente não tive problema nenhum, porque né não tive. Agora tinha uma aluna na Escola lá, que eles falaram que ela desapareceu nessa época. E que essa menina tinha sido o primeiro lugar geral do vestibular da Escola. A menina de Betim, e eu tinha até curiosidade de saber, ninguém nunca soube o que aconteceu com ela, era um problema relacionado à política na época.” (2012, p. 35)

Esta é uma revelação que merece maiores investigações. As entrevistadas falam em uma aluna envolvida com militância política que simplesmente desapareceu no período. É possível que essa aluna seja Marília Angélica do Amaral já que a mesma era moradora da cidade de Betim e esteve envolvida com a luta armada, tendo sido integrante do grupo CORRENTE (VITRAL, 2008). O livro *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino* de Tatiana Merlino e Igor Ojeda faz um perfil 45 mulheres assassinadas por lutarem contra o regime militar. Não consta nenhuma informação sobre alguma delas ter estudado na Escola Técnica.

### **Memória, esquecimento e silêncio dentro dos muros da Escola<sup>6</sup>**

O Curso Técnico de Química Industrial foi implementado na Escola em maio de 1964, logo depois do golpe militar. Essa ocorrência atenta para dois fatos. Por um lado, seu planejamento antecede o governo militar. Desde 1962 a Escola estudava a

---

<sup>6</sup> Título faz referência ao texto de Michael Pollak. POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989 p.3-15.

abertura de cursos noturnos. Raimundo Gonçalves Rios, professor de Química da instituição, foi designado pelo Conselho de Professores (CP) para realizar esse estudo. Em 1964, em parceria com o Programa de Preparação Intensiva de Mão de Obra, o Curso Intensivo de Química Industrial começa a ser lecionado. Podemos atribuir, então, a criação do curso como parte da política nacional-desenvolvimentista vigente desde o governo de Juscelino Kubitschek, em que a aceleração do crescimento era pautada em política educacional de ensino profissionalizante, crescendo o número de cursos técnicos.

Por outro lado, apesar de ser idealizado em momento anterior, o Curso Técnico de Química Industrial foi estruturado durante o governo militar, tanto na consolidação que ocorrerá nos seus primeiros anos, quanto na formação do quadro pessoal. Quadro pessoal esse que não entrou, em sua maioria, ainda, por meio de concursos, mas, por meio de convites. Um dos principais mentores do curso técnico de Química, possuía ligações estreitas com o regime militar, mas com isso pretendemos, com isso, afirmar que todo o quadro docente da Escola colaborava com o governo militar. Entretanto, podemos destacar a zona de tensão existente entre oposicionistas e uma instituição pública. Rodrigo Patto Sá Motta defende que, no âmbito universitário, não houve espaço apenas para a dicotomia entre colaboração e resistência, como também para o que ele denomina como “acomodação”. Essa seria a estratégia adotada por alguns professores universitários para conviver e negociar com a ditadura, conseguindo, inclusive, atenuar impulsos repressivos. Uma via ambígua, segundo o mesmo. A mesma ambiguidade que fez o regime militar ter pulsos severos no ambiente universitário, mas, ao mesmo tempo, provocar uma modernização, ainda que repressiva, no mesmo. (MOTTA: 2014)

Partimos, nesse capítulo, do estudo de um eixo cristalizado<sup>7</sup> na memória coletiva dos primeiros professores da Escola. Segundo eles, não houve manifestações estudantis no atual CEFET<sup>8</sup>. As entrevistas aqui exploradas fazem parte de um projeto mais amplo que entrevistou diversos atores sociais das primeiras turmas do curso técnico de Química industrial, como professores, alunos, as primeiras alunas e negros. Visava com isso versar sobre uma história institucional esquecida<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> O conceito de cristalização da memória é de Verna Alberti. ALBERTI, Verena. “Além das versões: possibilidades da narrativa em entrevistas de história oral”, “Dramas da vida: direito e narrativa na entrevista de Evandro Lins e Silva”. In: *Ouvir Contar- Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

<sup>8</sup> O primeiro nome do CEFET-MG foi Escola de Aprendizagem Artífices de Minas Gerais. Em 1941, mudou-se para Liceu Industrial de Minas Gerais e, no ano seguinte, para Escola Técnica de Belo Horizonte. Esse nome permanece até 1966 quando passa a denominar-se Escola Técnica Federal de Minas Gerais.

<sup>9</sup> Agradecemos à FAPEMIG pelas bolsas concedidas aos projetos de PIBIC “Ouvir para contar – Construção de um acervo de memórias de professores, funcionários e alunos-egressos do curso de Química/ CEFET-MG, décadas de 1960-1970” e “Ouvir para contar – construção de um acervo de memórias de alunas diplomadas pelo curso Técnico de Química Industrial matutino da Escola Técnica Federal de Minas Gerais, atual CEFET-MG – 1966 – 1970”, nos quais tal documentação foi levantada. Agradecemos ainda a Profa. Dra. Laura Nogueira Oliveira, orientadora dos projetos supracitados. Talita Cristiana Alves estagiária de PIBIC. Jr, quem deu suporte no levantamento das fontes do Arquivo

Muito nos intrigou, entretanto, o silêncio que surgia, ou as respostas negativas, quando os professores eram interrogados acerca do regime militar e as interferências na Escola. Usaremos como fonte desse subtítulo quatro dessas entrevistas. Ampararemos-nos, ainda, em documentações pesquisadas no Arquivo Geral da Escola, do fundo ETFMG, grupos Conselhos Deliberativos e Direção.

Entre os anos de 1962 e 1974, a Escola possuiu dois conselhos deliberativos, o Conselho de Representantes (CR) e o Conselho de Professores (CP). Ambos foram criados para cumprir um decreto federal. Por meio da Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959<sup>10</sup>, sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek, e no Decreto n. 47.038, de 16 de outubro do mesmo ano<sup>11</sup>, que estabelecia o novo *Regulamento do Ensino Industrial*, o governo assegurava autonomia didática, administrativa, técnica e financeira para as escolas industriais federais e prescrevia as finalidades da educação técnica. Para isso, as escolas técnicas federais passariam a contar com dois órgãos deliberativos: o CR, dotado de funções administrativas, e o CP, dotado de encargos didático-pedagógicos. Todos os assuntos de maior relevância na Escola passavam por esses conselhos.

Assim, pudemos encontrar o tópico ditadura e Escola em documentações, como cartas, atas, relatórios, recortes de jornais, deliberações e resoluções do CP e do CR, bem como relatórios e normas internas da direção.

A comparação entre fonte documental escrita e as entrevistas de história oral realizadas foram muito significativas, ponto central da análise que pretendemos fazer nesse subtítulo. Vale, entretanto, ressaltar que não hierarquizamos as fontes por sua tipologia e nem pretendemos contrapor uma veracidade do escrito e uma falsidade da memória.

Verena Alberti aponta que as entrevistas de histórias orais são fontes que, assim como as outras, constroem versões sobre o passado. E ela continua, “E quando se opta pelo plural, é porque se conclui que todas as narrativas são válidas – melhor dizendo, são ‘versões’- e que não cabe ao pesquisador julgá-las.”(ALBERTI: 2004, p78) Apesar de não julgá-las, Alberti indica como papel do historiador confrontar as entrevistas com outras fontes, para indagar sua plausibilidade.(ALBERTI:2004, p84)

Visamos problematizar porque teria se tornado um eixo cristalizado na memória docente a ausência de movimentos estudantis durante a ditadura militar na Escola, pensando nos processos de construção da memória coletiva e da identidade do grupo.

---

Geral, junto com Marina Helena Meira Carvalho, parte do projeto “A criação do curso Técnico de Química Industrial nas Atas do Conselho de Representantes e de Professores da Escola Técnica de Belo Horizonte” também orientado por Laura Nogueira Oliveira.

<sup>10</sup> Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.

Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=112416> Acesso em: 29 nov. 2012.

<sup>11</sup> Decreto n. 47.038, de 16 de outubro de 1959. Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=177755> Acesso em: 29 nov. 2012.

Segundo os professores entrevistados, não havia manifestações políticas dentro da Escola durante o regime militar. J. A., graduado em farmácia e bioquímica, foi professor de Química Orgânica da Escola entre os anos de 1966 e 1992. Ingressou, portanto, quando a ditadura militar e o Curso Técnico de Química Industrial iniciavam seu terceiro ano de existência. Segundo o professor J. A., a ausência de manifestações estudantis na Escola era resultado da alta disciplina da Escola.

**J:** Mas, o meu ponto de vista é aquele que eu falei, que o Conselho estudava, debatia problemas, indisciplinas de alunos, aplicação de advertências. Sempre a Escola pautou pelo equilíbrio, pelo bom senso. E é até de admirar que a Escola nunca teve assim elementos que desvirtuasse muito da função de estudante. E eram muito rigorosos, como deve ser hoje, eu não sei.

**Entrevistadora:** A Escola era muito rigorosa?

**J:** Era, raramente você via um ato de descontentamento, manifestação com um maior número de pessoas, não tinha isso.

**Entrevistadora:** Por parte dos meninos também?

**J:** Não, não, não tinha não.

Esse eixo aparecerá na narrativa de outros professores. V. H., químico, ingressou na Escola em 1966 como professor de Química Orgânica. Em 1970, pede licença sem vencimento ao diretor, para dedicar-se integralmente à UFMG. Não retorna ao CEFET. Afirma quase não ter existido movimentos estudantis na Escola. Diferente de J. A. não aponta para a ausência, mas sim para a falta de relevância dos mesmos. Entretanto, reafirmando as palavras do outro professor, também considera o fato como conseqüência da rigorosidade da Escola.

**V:** Tinha também um que depois ficou meio maluco. Ele fumava maconha, chamava R.

**Entrevistadora:** R

**V:** Eu dei tanto Conselho para esse camarada. Ele sumiu. Não sei para onde ele foi. Acho que foi para Brasília na época da turma de, de...

**Entrevistadora:** De estudantes.

**V:** De estudantes.

**Entrevistadora:** Tinha movimento na escola, professor? Nos anos 60?

**V:** Pouco.

**Entrevistadora:** Pouco?

**V:** Não se conhecia muito de, de... Não tinha tempo de ficar fazendo bagunça, não. O tempo que tinha eles iam jogar pelada lá, de futebol de salão.

**Entrevistadora:** Porque o serviço era apertado, né?!

**V:** Era direto.

Para esses professores, sendo a escola apertada e lugar de excelência, “direito”, ela era utilizada para estudar e que não abriria espaço para as manifestações políticas.

J. C. F., farmacêutico, bioquímico e químico, foi admitido pela Escola Técnica Federal de Minas Gerais em 1968, e aposentou-se em 1994. Lecionava Físico-Química e Corrosão. Mesmo lecionando na Escola no período auge de manifestações

e movimentações estudantis, C. também afirma que na Escola não haviam embates políticos.

**Entrevistadora:** O senhor acha que, então, então... Então, eu vou fazer uma pergunta política para o senhor, professor. Se o senhor não quiser responder, não tem problema.

**J:** Ainda mais hoje que eu já estou (inaudível)

**Entrevistadora:** Não, mas não é nada pesado assim, não. Então, a gente pode dizer que apesar do nacionalismo dito pelos militares ao longo do período, do governo militar, não foi o nacionalismo que levou ao desenvolvimento da tecnologia?

**J:** Não. Não foi nada disso não. Isso é um sentimento pátrio nosso de professores mesmo. Porque professor, os caras falam aí: “Ser professor é um sacerdócio.” É, realmente! Você entendeu? Você gostava daquilo que você fazia. E, depois, recebia em dia. Aquele dinheiro era importantíssimo. Recebia em dia. Você trabalhava com amor, com dedicação, né?! Então, a tal de política, aqui dentro da Escola técnica, nunca vi falar nada de política, aqui dentro. Nesses anos de 68, 69, não vi nada, nada, nada. Tinha aí os militares aí que faziam frente aí, mas nunca teve embate com eles, nunca nada, nada, nada.

**Entrevistadora:** Aqui dentro?

**J:** É! Nunca vi falar nada. Me lembro de...

**Entrevistadora:** De movimento estudantil? Nada?

**J:** Nada. Não tinha movimento estudantil.

**Entrevistadora:** Nem em 68?

**J:** Nada! Não tinha movimento estudantil, não tinha nada disso aqui. A primeira greve que teve aqui foi em 1984. A primeira greve que nós fizemos. Até, então, nós não tínhamos tido uma greve, um movimento de paralisação, nada.

Em contrapartida à ausência de manifestações discentes, C. ressalta a presença da fiscalização, na figura de militares que “faziam frente” na Escola, ainda que afirmasse que não houvesse embate com os mesmos. A greve que diz ter ocorrido em 1984, segundo ele, foi por questões salariais, e não políticas.

Entretanto, o eixo narrativo de C. possui algumas discrepâncias pois, antes dessa pronúncia o professor menciona a ocorrência de embates, mas não prossegue na descrição, silenciando.

Fui revolucionário etc, etc... Não quero entrar nos méritos, né?! Isso me atrapalhou muito.

**Entrevistadora:** Atrapalhou?

**J:** Atrapalhou!

**Entrevistadora:** Depois nós falamos.

**J:** É, mais foi bacana, foi jóia! Nós entramos aqui na Escola e lutamos e fizemos tudo possível, né?!

Em outro momento, C. chega a afirmar que era contrário, na maioria das vezes ao governo da “revolução”, contudo, sem especificar novamente em que, mas demonstrando claro embate.

**J:** Eu sei que equiparam. Demoraram, mas equiparam. Devia ter interesse sim, eu acho que... O governo da Revolução você não entendia.

**Entrevistadora:** Porque não entendia?

**J:** Ah, não entendia, porque você... Normalmente eu era contra. Então, pra mim, menos contato possível. Eu amava o aluno e o resto que, né? Não queria nem saber. Você entendeu? Então, se eu não tivesse um jeito de tirar aqui da Escola material, eu trazia de fora. Eu tinha, eu dava aula em  $n$  locais, eu conhecia  $n$  professores, eu ia na Universidade Federal, eu ia na PUC. Eu conhecia todo mundo! Então eu trazia material pra cá.

Assim como o silêncio na narrativa de C., nos ocorreu algumas outras vezes no conjunto total de entrevista, não só das análises aqui, em que professores pediram para desligar o gravador para falar de alguma relação de outros professores com a ditadura, mas nunca deles próprios, ou relatavam fatos políticos apenas depois que as entrevistas acabavam. Tanto o “não-dito” quanto o “não-gravável” é significativo. Os entrevistados têm consciência que estão versando sobre a própria memória e que seus relatos ficarão para posteriori. Sua memória então é moldada segundo suas expectativas.<sup>12</sup>

Uma narrativa, entretanto, distanciou das demais. P. P., foi admitido pela Escola 1963, como professor auxiliar, encarregado pelas práticas laboratoriais. Posteriormente ministrou Química Geral e Inorgânica. Durante sua carreira na escola, graduou-se em Engenharia de Minas e Metalúrgica pela UFMG, em 1967, e, em julho de 1975, concluiu “Master of Science” no campo de “Technical Education” em Oklahoma State University, nos Estados Unidos da América do Norte. Aposentou-se pela Escola em 16 de agosto de 2005.

**Entrevistadora:** Alguma intervenção política na Escola? (silêncio) Do regime que havia sido implantado? Ou do governo?

**P:** Em 64, né?! Foi a Revolução...

**Entrevistadora:** É. Então aí em 66, em 68. Alguma movimentação política na Escola?

**P:** Ah, isso tinha, né?! Quer dizer, é, é, é... Um acompanhamento das, das, das atividades Escolares e até alguma distorção, né?! E vigilância sob ponto de vista político: tinha, né?! Nós passamos por momentos difíceis aqui, né?! Ninguém, é... Todo mundo caladinho, ninguém se manifestava. E tivemos notícia de alunos, inclusive, que foram é... Desapareceram, né?! De um dia para o outro. Até hoje não tem notícia.

**Entrevistadora:** Aconteceu isso aqui na Escola?

**P:** Aconteceu isso aqui na Escola. Não sei se foi no Espírito Santo... Eles foram pra lá, por exemplo, o Fantini que... Mas, aconteceu aqui. E existiam olheiros na Escola também, né?! Pessoas que observavam o comportamento dos professores e tal, dos alunos...

**Entrevistadora:** Alunos indi... Olheiros, pessoas indicadas?

**P:** Pessoas indicadas, né?! Quer dizer, muitas vezes pessoas, membros da própria comunidade, mas, se, já tinham uma função aqui que passaram até a outra função também de bisbilhotar e, e, de dedo duro, né?! Como eles chamavam, né?! E a gente se cuidava porque

<sup>12</sup> Pollak ressalta que a memória reinterpreta o passado em função dos combates do presente e do futuro. Segundo Verena Alberti, a linguagem produz novo significado à experiência, ou seja, no momento da entrevista, a linguagem geraria conhecimento acerca da experiência, baseando-se, entretanto, no momento presente. POLLACK, Michael. Op Cit. / ALBERTI, Verena. Op Cit.

as ameaças eram muitas, né?! De vez em quando alguém era levado lá para prestar depoimento e...(silêncio)

**Entrevistadora:** De colegas, de professores, de alunos?

**P:** Era de professores, alunos, alguns até excluídos. Não me lembro mais quem foi na época. Mas, houve perturbação sim no, no, na, na, na Escola nessa época. Ninguém falava além do mínimo necessário eeee, se resguardava porque tinha esse medo. Medo de que você fosse levado aí para algum quartel, algum lugar desse aí e açoitado ou morto (risos).

**Entrevistadora:** Ou desaparecido?

**P:** É, desapa... É, ficava desaparecido aí. Daqui do CEFET, eu não sei te dizer quantos são, uns três casos, de desaparecido, né?! Alunos desapareceram. Inclusive um deles tinha o sobrenome de Fantini.

**Entrevistadora:** Fantini?

**P:** Fantini. Eu não me lembro do rapaz, ele era do curso de Estradas. Era Fantini esse desapareceu, era um líder estudantil aí dos alunos e tal. <sup>13</sup> Desapareceu mesmo. Ele e mais uns dois ou três. Numa comunidade que era pequena na época isso tem um, uma repercussão muito grande, né?! Todo mundo fica sabendo, né?! Uma coisa dessas... Mas, isso é que, quer dizer, essa influência teve, claro. Nesse nível, né?! Ninguém fazia, dava um passo além da, da sua obrigação, não falava uma palavra além do, além do, do necessário. Mas a instituição funcionou, né?! Sob pressão, né?! Porque manifestação de jeito nenhum, né?!

**Entrevistadora:** E anteriormente a 64, tinha manifestação, professor?

**P:** (silêncio) Manifestação política...

**Entrevistadora:** Tinha, assim, grêmio estudantil?

**P:** Pois é, mas veja: era um aluno de segundo grau. E, e, e, anteriormente a 64, principalmente, era um aluno de segunda categoria ou de terceira, né?! Porque os jovens dessa época tinham como prioridade fazer o quê? Colégio Estadual, né?! Colégio Santo Antônio, certo? Para fazer faculdade.

**Entrevistadora:** Colégio Municipal.

**P:** Colégio Municipal, né?! E depois no, no plano universitário, o foco estava na Escola de Filosofia, né?! Economia, Filosofia, não sei o quê lá é que, né?! Quer dizer, na Engenharia também tinha alguma coisa. Mas, o pessoal da Medicina da, da Engenharia, da, da Engenharia também. Mas eles nem tomavam conhecimento porque nem tinha tempo pra isso, cuidavam dos, das, dos estudos deles, né?! Mas o pessoal das Ciências Econômicas e Filosofia e não sei o quê é que faziam um barulho. Tanto é que lá desaparecia gente era todo dia, né?! (risos) Mas a, o aluno da CEFET, não. Os grêmios e, e... Primeiro pela origem: eram alunos oriundos de famílias de operários, né?! Muitos de Sabará, de Nova Lima, daí de perto, né?! Da região, hoje Grande BH, né?! Que alguns disputavam dessa condição de serem internos aqui, eles ganhavam botina, calça, camisa, almoço, jantar, né?! Do, então...

**Entrevistadora:** Eram alunos muito humildes, né?!

**P:** Era gente mais humilde, menos esclarecida. Então, não tinha... Não me lembro de...

**Entrevistadora:** De grandes movimentações?

**P:** Não. Políticas? Não.

<sup>13</sup> Essa afirmativa do professor assim como outras que trazem o mesmo tipo de informação demonstram a necessidade de que se realize estudo sobre as interferências na Escola ocorridas durante o período de governo militar, bem como de movimentos estudantis e de alunos desaparecidos.

O professor aponta para os olheiros dentro da Escola e desaparecimentos de alunos. A fiscalização rígida do regime militar causou silêncios, segundo o entrevistado, durante o período na Escola, ninguém se arriscando a dizer mais do que o necessário. Em ata do CP de maio de 1964, estabelece-se que, em cumprimento do Ato Institucional foi nomeada uma comissão composta do professor B. J. e R. R. e do médico J. C. para apurar atos de alunos, professores e funcionários que possam ser considerados subversivos.<sup>14</sup> Em ata do CR a nomeação de R. R. e de outros é apontada como vindo do próprio MEC<sup>15</sup>. Vale ressaltar que um dos membros da comissão era um dos principais professores e mentores do Curso Técnico de Química Industrial.

Esse clima de medo pode ser também observado nas entrevistas, pelas longas pausas, silêncios, “não-ditos”.

O professor ainda aponta que, apesar dos desaparecimentos e da vigilância, a escola “funcionou”, porque nela não teriam ocorrido manifestações. Além da repressão, as manifestações não teriam ocorrido em decorrência da falta de tempo dos alunos, que tinham que se dedicar muito aos estudos, e a origem popular dos mesmos, o que os faria menos esclarecido politicamente.

Dessa forma, mesmo que o professor aponte que haviam alunos envolvidos em política, uma vez que desapareciam depois de inquéritos e eram investigados por olheiros, ele reafirma o mesmo que outros professores também contaram, da ausência de manifestações estudantis na Escola, tornando-se um eixo cristalizado na memória coletiva dos professores entrevistados. Lembremos que as entrevistas foram realizadas de forma individual, sendo que uns não tiveram acesso às respostas dos outros e, provavelmente, não tenham tido contato entre si no espaço de tempo entre o dia de uma entrevista e de outra.

A leitura da documentação da Escola depositada em seu Arquivo Geral nos possibilita a formação de outra narrativa acerca do movimento estudantil na Escola. Em outubro de 1968, um inquérito havia sido estabelecido na Escola para averiguar movimento estudantil. O presidente do Conselho de Professores da Escola recebe carta do então presidente do inquérito, solicitando apontamentos sobre o que é tratado no corpo do texto como “indisciplina verificada na Escola” e no assunto como “movimento estudantil”.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> Arquivo Geral. Fundo ETFMG. Grupo: Conselhos Deliberativos. Subgrupo Conselho de Professores. Série Atas do CP. 26/05/64

<sup>15</sup> Arquivo Geral. Fundo: ETFMG. Grupo: Conselhos Deliberativos. Subgrupo: Conselho de Representantes. Série: Atas do CR. 04/06/1964.

<sup>16</sup> Arquivo Geral. Fundo ETFMG. Grupo: Conselhos Deliberativos. Subgrupo Conselho de Professores. Série Correspondências do CP.

Em agosto de 1968, o CP recebe relatório da ART-(associação de estudantes que substitui o CETI) para discutir as faltas inclusive estatutárias cometidas pela diretoria do CETI- Centro Estudantil Técnico Industrial. Dizem que os próprios alunos estão contra as medidas tomadas e eles próprios desejam punir a diretoria da CETI. Se os alunos fizessem greves seriam observados rigorosamente e as faltas seriam computadas. O CP rompe relações com a diretoria do CETI inamistosamente e passa a se conduzir a ART.<sup>17</sup> Em 1968, ainda, o CETI é dissolvido por deliberação.<sup>18</sup>

Antes mesmo do golpe militar, o regimento interno da Escola dos anos de 1962/1963 estabelecia que ela daria subvenção que auxiliaria e estimularia as atividades das associações estudantis. Se a associação fosse utilizada para fins políticas, entretanto, seria dissolvida pelo CR por proposta do CP.<sup>19</sup>

O Relatório das atividades durante o ano de 1968 do CP consta que as comissões suspenderam por 30 dias o aluno- e presidente da CETI- Milton Tavares Campos. Depois cancelaram sua matrícula, juntamente com as de Marília Angélica do Amaral, Lúcio Dias Nogueira e Roberto de Castro Aleixo. Vale lembrar que todos eles, exceto Roberto, possuem fixas com seus nomes no DOPS-MG, arquivo disponibilizado on-line pelo Arquivo Público Mineiro.

Segundo documentação assinada pelos secretários do CP, em 8 de janeiro de 1969, entre 15 e 22 de agosto devido às agitações estudantis o conselho permaneceu em reunião permanente.<sup>20</sup>

Ressaltamos que a Escola não só deveria cumprir os mecanismos de punição aos alunos militantes, como também operou em regime especial para os colaboracionistas. Os alunos matriculados no ano de 1964 e que fizeram serviço militar no exercito nacional durante o primeiro semestre poderiam frequentar o segundo semestre mediante provas aplicadas para cumprimento do primeiro.<sup>21</sup>

Percebemos que a Escola, enquanto instituição federal foi diretamente interferida pelo estabelecimento do Regime Militar, recebendo ordens de âmbito nacional que deveriam acatar e contando, inclusive, com membros adeptos ao regime, que serviram de olheiros. O que não descarta, entretanto, que zonas de conflito tenham se estabelecido na mesma, tanto entre alunos e regime, quanto entre funcionários que discordassem do regime, como alguns professores afirmaram terem sido, e a Escola.

---

<sup>17</sup> Arquivo Geral. Fundo ETFMG. Grupo: Conselhos Deliberativos. Subgrupo Conselho de Professores. Série Deliberações e Resoluções do CP.

<sup>18</sup> Arquivo Geral. Fundo ETFMG. Grupo: Conselhos Deliberativos. Subgrupo Conselho de Professores. Série Deliberações e Resoluções do CP. Deliberação CP 5/68

<sup>19</sup> Arquivo Geral. Fundo ETFMG. Grupo: Direção. Série: Normas Internas.Regimento interno ETBH 1962/1963.

<sup>20</sup> Arquivo Geral. Fundo ETFMG. Grupo: Conselhos Deliberativos. Subgrupo Conselho de Professores. Série Deliberações e Resoluções do CP.

<sup>21</sup> Arquivo Geral. Fundo ETFMG. Grupo: Conselhos Deliberativos. Subgrupo Conselho de Professores. Série Deliberações e Resoluções do CP.

E, não apenas oposição, mas a possibilidade também de ter ocorrido “acomodação” entre os muros da escola.

Sugerimos aqui uma leitura acerca da cristalização de uma memória institucional no discurso dos professores, com eixo central de que sendo a Escola de excelência e exigente, não se teria tempo para manifestações estudantis. Essa memória cristalizada não aponta por si só nem para uma resistência ao regime, nem para um apoio. Atentamos para os silêncios e os “não-ditos” durante a entrevista, percebendo que muito bem cabe aqui a conceituação de Pollak. Para esse autor o silêncio e o “não-dito” estão em perpétuo deslocamento com o esquecimento definitivo e o reprimido inconscientemente. Longe de quererem falsear a construção da memória sobre si mesmos e sobre as instituições, tais versões dos fatos tornaram-se um enquadramento da memória para nossos professores. Existe ainda a tensão, explicitada por Claude Olevenstein, entre aquilo que o sujeito confia a si mesmo e aquilo que ele pode transmitir ao exterior. Lembranças, muitas vezes, são proibidas, indizíveis ou vergonhosas. (POLLAK, 1989)

No caso da ditadura militar brasileira, ferida aberta ainda para o país, ainda abriga muitas memórias subterrâneas, dolorosas, em embate com a memória oficial que tanto a sociedade majoritária quanto o Estado autoritário quiseram impor. Recentemente, em 16 de março de 2012, porém em período posterior a realização das entrevistas, concedidas entre 6 de setembro e 16 de novembro de 2011, foi instaurada a Comissão Nacional da Verdade no Brasil, lócus privilegiado para que as memórias subterrâneas emergissem, se tornando reivindicações.

Infere-se, portanto, que o silêncio durante a entrevista aponta para uma memória institucional cristalizada no imaginário desses professores, que se calaram, provavelmente, não apenas durante as entrevistas, mas também durante o regime militar, como a maioria da população. Essa não militância, mas também nem sempre apoio, pode ser interpretada, pela primeira vista, como um acordo tácito de quem se cala, de quem observa, mas nada faz. Segundo ditado popular, “quem cala, consente”. Entretanto, não podemos ser simplistas, o silêncio na época não pode ter uma ligação explícita com o consentimento, pode ser também uma via do medo. Os olheiros, em instituição federal, foram mencionados em nossas entrevistas. Não enxergar era uma forma não só de manter seus empregos, mas também de sobreviver.

O silêncio e os “não-ditos” durante a entrevista, portanto, podem indicar para uma vergonha causada pela resignificação da memória acerca da ditadura militar, em que se vangloriam os atores de esquerda e militância, e aponta para a opção política de não posicionamento de parcela da população como acordo tácito com os repressores. Esquece-se, porém, que a não militância não necessariamente se

resume em apoio, pois, como assinalado por Motta, existe ainda a vida da “acomodação”, a qual seria um meio termo.

Podem, também, apontar para o medo, passado e atual, dessas memórias subterrâneas abafadas pelas institucionais. Lembremos que a identidade coletiva desses homens foi construída pelo pertencimento de serem professores de uma instituição federal. Versões que saiam do enquadramento da memória de sua instituição, também os desvinculariam da identidade de seu grupo. Segundo Pollak (1989, p.9),

“A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes”

### **Conclusão**

Por meio da análise das entrevistas realizadas para os dois projetos, foi possível perceber que a ETFMG foi um local que reuniu as tensões pelas quais o país passava no final da década de 1960, com o envolvimento de alunos na contestação ao regime e severas punições aos mesmos. Fato que provavelmente ajudou a silenciar muitos a respeito das arbitrariedades ocorridas.

A tentativa de construção da ideia de que as escolas técnicas no geral são “escolas do trabalho”, (afinal desde os tempos das Escolas de Aprendizes Artífices, passando pelos Liceus Industriais do Estado Novo, houve a legitimação da ideia de educação para integrar os cidadãos a um grande projeto nacional, que não permitiria dissonâncias) recebeu ressonância nas entrevistas dos professores. Consideramos que o eixo cristalizado na memória dos mesmos de que em uma Escola de excelência não haveria tempo para se “perder” com movimentos estudantis, configura-se, inclusive, como um elo de pertencimento da identidade do grupo de professores e enquadramento com a memória institucional.

O que apareceu nas entrevistas de alunas e no acervo documental do Arquivo Geral, no entanto, foi justamente o contrário. Desaparições, expulsões, manifestações, greves estudantis e controle por parte de militares e olheiros também tiveram, segundo eles, palco na Escola.

A visão das escolas técnicas como espaços de contestações políticas ainda é pouco investigada. Por esse motivo, o artigo não só expõe como também propõe um maior aprofundamento nessa temática, que já se revelou farta em informações.

## Referências

- ARQUIVO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. Pasta 1008, rolo 026. Data: novembro de 1970 e agosto de 1973.
- ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- ALBERTI, Verena. Contar ouvir: textos em história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.
- Arquivo do Registro Escolar do CEFET-MG (pastas individuais dos alunos).
- Arquivo Geral. Fundo ETFMG. Grupo: Conselhos Deliberativos.
- Arquivo Geral. Fundo ETFMG. Grupo: Direção.
- CIAVATTA, Maria e SILVEIRA, Zuleide Simas da. Celso Suckow da Fonseca. Recife: Massangana, 2010.
- CUNHA, Luiz Antônio. O ensino profissional na irradiação do industrialismo. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- MERLINO, Tatiana. OJEDA, Igor. orgs: Direito à memória e à verdade : Luta, substantivo feminino. Tatiana Merlino. - São Paulo : Editora Caros Amigos, 2010.
- MEIHY, Carlos Sebe Bom. HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O instrutor. Revista de História da Biblioteca Nacional. 7 jul. 2008. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/o-instrutor> Acessado em 1 st. 2014.
- \_\_\_\_\_. As universidades e o regime militar. Belo Horizonte: Ed Zahar, 2014.
- PEREIRA, Bernadeth Maria. Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais, primeira configuração escolar do CEFET – MG, na voz de seus alunos pioneiros (1910-1942). Campinas, SP: [s.n.], 2008. (mimeso)
- POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.
- SOARES, Manoel de Jesus. As escolas de aprendizes artífices: estrutura e evolução. In: Fórum Educacional, RJ, FGV, 6(3), jul/set 1982, pp. 58-92.
- THOMPSON, Paul Richard. A voz do passado: história oral. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VITRAL, Thiago Veloso. Corrente Revolucionária de Minas Gerais: uma resistência armada ao regime militar brasileiro no Estado de Minas Gerais (1967-1969). Belo Horizonte, 2008 (monografia). Disponível em: [sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2009/03/monografia-sobre-revolucionaria-de.html](http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2009/03/monografia-sobre-revolucionaria-de.html) Acessado em 14 set. 2014.